PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 660/13

Considerando que a acessibilidade é uma condição básica para a inclusão social das pessoas com deficiências ou que tenham necessidades especiais;
considerando que de acordo com a Norma NBR 9.050/2004 da ABNT, que estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade;

considerando que a Avenida Tancredo Neves é uma via de grande fluxo e de grande importância para mobilidade dos soteropolitanos, além disso, o local concentra uma grande quantidade de clinicas, consultórios, bancos e escritórios;

considerando que a via não está de acordo com as normas técnicas de acessibilidade, sendo absolutamente carente das melhorias que envolvem a segurança, orientação e monitoramento da movimentação das pessoas com deficiência e com restrição de mobilidade;

considerando que as normas fixam os seguintes padrões e critérios de melhorias operacionais dos serviços para atendimento às exigências da legislação e normatização da acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e mobilidade reduzida, trazendo, ao universo de seus usuários, condições de melhor atendimento e de circulação;

considerando que a Lei Orgânica do Município dispõe em seu art.6º, IV, que são princípios que fundamentam a organização do Município "a garantia de acesso de todos os munícipes, de forma justa e igualitária, aos bens e serviços públicos que assegurem as condições essenciais de existência digna", e no art. 8º,II, que compete ao Município, em comum com a União, o Estado e o Distrito Federal, observadas as normas de cooperação fixadas em lei complementar, "cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência".

A CÂMARA MUNICIPAL DO SALVADOR

INDICA:

ao Prefeito, propiciar a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência e mobilidade reduzida nos pontos de ônibus situados ao longo da Avenida Tancredo Neves.

Sala das Sessões, 04 de setembro de 2013.

J. CARLOS FILHO